



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2018, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 8.118 mil, correspondente a R\$ 568,81 por lote

de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 473.636 mil e Ativos Totais de R\$ 822.937 mil. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Rio de Janeiro, RJ, 25 de julho de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE	589.301	377.443	CIRCULANTE	342.467	347.811
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2.969	2.007	OUTRAS OBRIGAÇÕES	342.467	347.811
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	243.018	334.000	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3	4
Aplicações no Mercado Aberto	243.018	334.000	Sociais e Estatutárias (Nota 16d)	77	207
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	5.634	13.891
DERIVATIVOS (Nota 6a)	271.925	-	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	327.374	321.370
Carteira Própria	256.168	-	Diversas (Nota 15b)	9.379	12.339
Vinculados à Prestação de Garantias	15.757	-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	17.054	9.006			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	17.136	9.145			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(82)	(139)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.834	1.273
OUTROS CRÉDITOS	51.758	29.567	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.834	1.273
Rendas a Receber (Nota 9a)	168	14	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	1.649	1.025
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	46.623	25.457	Diversas (Nota 15b)	5.185	248
Diversos (Nota 9b)	5.375	4.686			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	(408)	(590)			
OUTROS VALORES E BENS	2.577	2.863			
Despesas Antecipadas (Nota 10)	2.577	2.863	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	473.636	465.563
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	179.557	419.202	Capital:		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			- De Domiciliados no País (Notas 16a)	284.000	284.000
DERIVATIVOS (Nota 6a)	163.115	402.630	Reservas de Lucros (Nota 16b)	188.848	181.336
Carteira Própria	140.137	293.685	Ajustes de Avaliação Patrimonial	788	227
Vinculados à Prestação de Garantias	22.978	108.945			
OUTROS CRÉDITOS	16.442	16.572			
Diversos (Nota 9b)	16.442	16.572			
PERMANENTE	54.079	18.002			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.086	2.977			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	2.179	2.070			
Outros Investimentos	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	5.920	7.365			
Outras Imobilizações de Uso	17.853	16.878			
Depreciação Acumulada	(11.933)	(9.513)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	45.073	7.660			
Ativos Intangíveis	65.365	25.105			
Amortização Acumulada	(20.292)	(17.445)			
TOTAL	822.937	814.647	TOTAL	822.937	814.647

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.126	48.190
Operações de Crédito	3.691	5.308
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	25.435	42.882
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27	449
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	27	449
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.099	47.741
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(13.831)	(7.973)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	29.933	30.319
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(14.229)	(10.548)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(25.747)	(24.990)
Despesas Tributárias (Nota 20)	(3.693)	(4.552)
Resultado de Participação em Controlada (Nota 11a)	45	85
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	848	3.102
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(988)	(1.389)
RESULTADO OPERACIONAL	15.268	39.768
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(12)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	15.268	39.756
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 24a e b)	(7.150)	(17.940)
Provisão para Imposto de Renda	(3.906)	(9.544)
Provisão para Contribuição Social	(3.283)	(7.781)
Ativo Fiscal Diferido	39	(615)
LUCRO LÍQUIDO	8.118	21.816
Número de ações (Nota 16a)	14.271.890	14.271.890
Lucro por lote de mil ações em R\$	568,81	1.528,60

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	15.268	39.756
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.169	1.823
Resultado de Participação em Controlada	(45)	(85)
Depreciações e Amortizações	2.600	2.564
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	27	449
Despesas com Provisões Cíveis e Trabalhistas	587	(1.120)
Ganho na Venda de Imobilizado	-	15
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	18.437	41.579
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(6.558)	25.669
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(18.153)	58.136
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(58.239)	(67.429)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(18.224)	(31.659)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(82.737)	26.296
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aumento em Títulos Disponível para Venda	(13.207)	(19.655)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(444)	(3.486)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	104
Aquisição de Intangível	(35.858)	(1.346)
Dividendos Recebidos	1	1
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(49.508)	(24.382)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(202)	(424)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(202)	(424)
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(132.447)	1.490
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	378.434	334.517
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	245.987	336.007
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(132.447)	1.490

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
SalDOS em 31.12.2016	284.000	6.451	153.276	19	-	443.746
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	208	-	208
Lucro Líquido	-	-	-	-	21.816	21.816
Destinações: - Reservas	-	1.091	20.518	-	(21.609)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(207)	(207)
SalDOS em 30.6.2017	284.000	7.542	173.794	227	-	465.563
SalDOS em 31.12.2017	284.000	7.515	173.292	532	-	465.339
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	256	-	256
Lucro Líquido	-	-	-	-	8.118	8.118
Destinações: - Reservas	-	406	7.635	-	(8.041)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(77)	(77)
SalDOS em 30.6.2018	284.000	7.921	180.927	788	-	473.636

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM" ou "Instituição") tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na B3, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efe-

tivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Ágora CTVM evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de julho de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresen-

tem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na B3, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

- Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e
- Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

h) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização

de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Ágora CTVM constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

j) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

m) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Compostos basicamente por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

n) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetua-

dos de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional.....	2.969	2.007
Total de disponibilidades (caixa).....	2.969	2.007
Aplicações no mercado aberto (1).....	243.018	334.000
Total de caixa e equivalentes de caixa	245.987	336.007

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 90 dias	Total	
		2018	2017
Aplicação no mercado aberto:			
Posição bancada.....	243.018	243.018	334.000
Letras do tesouro nacional.....	243.018	243.018	334.000
Total em 2018.....	243.018	243.018	
Total em 2017.....			334.000

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Rendas de aplicações em operações comprometidas:		
Posição bancada.....	12.515	21.448
Total (Nota 6b).....	12.515	21.448

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (2)	Em 30 de junho - R\$ mil								
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018		2017		Marcação a mercado
					Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos disponíveis para venda									
Letras financeiras do tesouro.....	-	8.927	259.446	140.080	408.453	408.074	379	401.719	379
Certificados de depósito bancário.....	-	-	3.519	-	3.519	3.519	-	788	-
Notas do tesouro nacional.....	-	-	33	57	90	89	1	82	-
Outros.....	-	-	-	22.978	22.978	22.045	933	41	-
Total em 2018.....		8.927	262.998	163.115	435.040	433.727	1.313	402.630	379
Total em 2017.....								402.630	379

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(2) Representado pelos títulos de carteira própria e vinculados a prestação de garantias, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ 788 mil (2017 - R\$ 227 mil), líquido dos efeitos tributários.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Títulos de renda fixa.....	12.515	21.448
Títulos de renda variável.....	12.924	21.475
Total.....	(4)	(41)
Total.....	25.435	42.882

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Ágora CTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos próprios nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Em 30 de junho - R\$ mil								
	Curso anormal					Curso normal			
	Parcelas vencidas					Total (A)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias	2018	%	2017	%
Financiamentos.....	-	-	-	-	-	-	-	96	6,2
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	551	551	100,0	1.442	93,8
Total em 2018.....					551	551	100,0		
Total em 2017.....	611	3	13	698	213			1.538	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

Operações de crédito	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Curso normal					Total geral (A+B)				
	Total (B)					Total geral (A+B)				
	1 a 30 dias	31 a 360 dias	2018	%	2017	%	2018	%	2017	%
Financiamentos.....	-	17.136	17.136	99,4	9.049	95,4	17.136	96,3	9.145	83,0
Outros créditos (1).....	110	-	110	0,6	436	4,6	661	3,7	1.878	17,0
Total em 2018.....	110	17.136	17.246	100,0			17.797	100,0		
Total em 2017.....	9.485				9.485	100,0			11.023	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

b) Modalidades e níveis de riscos

Operações de crédito	Em 30 de junho - R\$ mil												
	Nível de risco									Total			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	%	2017	%
Financiamentos.....	820	16.316	-	-	-	-	-	-	-	17.136	96,3	9.145	83,0
Outros créditos (1).....	-	82	24	12	7	18	414	1	103	661	3,7	1.878	17,0
Total em 2018.....	820	16.398	24	12	7	18	414	1	103	17.797			
%.....	4,6	92,1	0,2	0,1	-	0,1	2,3	-	0,6		100,0		
Total em 2017.....	412	9.019	512	153	16	12	627	23	249			11.023	
%.....	3,7	81,8	4,7	1,4	0,1	0,1	5,7	0,2	2,3				100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2018		2017	
	R\$	% (1)	R\$	% (1)
Maior devedor.....	1.784	10,0	666	6,0
Dez maiores devedores.....	7.881	44,3	3.640	33,0
Vinte maiores devedores.....	10.327	58,0	5.289	48,0
Cinquenta maiores devedores.....	13.855	77,9	7.856	71,3
Cem maiores devedores.....	16.160	90,8	9.430	85,6

(1) Em relação ao total da carteira - critério BACEN.

d) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2018		2017	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado				
Indústria.....	-	-	1	-
Comércio.....	511	2,9	4	-
Intermediários financeiros.....	-	-	26	0,3
Serviços.....	323	1,8	54	0,5
Pessoa física.....	16.963	95,3	10.938	99,2
Total.....	17.797	100,0	11.023	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira				Provisão				Percentual mínimo requerido
	Curso		Total	%	Provisão requerida		2018	2017	
	Normal	Anormal			Genérica	Específica			
AA.....	820	-	820	4,6	-	-	-	-	-
A.....	16.398	-	16.398	92,1	82	-	82	45	0,50
B.....	24	-	24	0,1	-	-	-	5	1,00
C.....	4	8	12	0,1	-	-	-	5	3,00
Subtotal.....	17.246	8	17.254	96,9	82	-	82	55	
D.....	-	7	7	-	-	1	1	1	10,00
E.....	-	18	18	0,1	-	5	5	4	30,00
F.....	-	414	414	2,4	-	207	207	313	50,00
G.....	-	1	1	-	-	1	1	16	70,00
H.....	-	103	103	0,6	-	103	103	249	100,00
Subtotal.....	-	543	543	3,1	317	317	317	583	
Total em 2018.....	17.246	551	17.797		82	317	399		
%.....	96,9	3,1		100,0	20,6	79,4	100,0		
Total em 2017.....	9.485	1.538	11.023		47	591		638	
%.....	86,0	14,0		100,0	7,4	92,6		100,0	

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Saldo inicial.....	1.076	217
Constituição líquida de reversão.....	27	449
Baixas para prejuízo.....	(704)	(28)
Saldo final - com características de concessão de crédito (A).....	399	638
Provisão específica (1).....	317	591
Provisão genérica (2).....	82	47
Saldo final - sem características de concessão de crédito (B).....	91	91
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa (A+B).....	490	729

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior.

A Ágora CTVM não teve recuperação de créditos baixados como prejuízo e operações renegociadas, nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada em até D+3, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Outros créditos		Outras obrigações	
	2018	2017	2018	2017
Devedores/credores por conta de liquidação pendente.....	22.078	13.353	326.285	319.756
Caixa de registro e liquidação.....	24.454	12.013	131	490
Comissões e corretagens a pagar.....	-	-	864	1.012
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores.....	91	91	94	112
Total.....	46.623	25.457	327.374	321.370

9) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Serviços prestados - taxa de custódia e de administração.....	168	14
Total.....	168	14

b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Devedores por depósito em garantia....	12.128	11.190
Créditos tributários (Nota 24c).....	6.282	5.340
Impostos e contribuições a compensar..	2.340	2.336
Títulos e créditos a receber (Nota 7a)...	661	1.878
Adiantamentos e antecipações salariais	292	297
Outros.....	114	217
Total.....	21.817	21.258

10) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se, basicamente, ao diferimento dos custos com prestação de serviços de terceiros relativos à consultoria tecnológica de R\$ 2.577 mil (2017 - R\$ 2.863 mil).

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em controlada".

Empresa	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Capital social		Resultado de equivalência patrimonial	
	2018	2017	2018	2017
Ágora Educacional Ltda.	1.574	2.179	45	85

b) Outros investimentos no montante de R\$ 907 mil (2017 - R\$ 907 mil) referem-se, basicamente, a Título Patrimonial da B3 no valor de R\$ 898 mil (2017 - R\$ 898 mil).

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2018	2017
Imobilizado de uso:					
- Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	2.067	(1.379)	688	573
- Sistema de segurança e comunicação.....	10%	1.613	(1.010)	603	682
- Sistema de processamento de dados.....	20%	14.173	(9.544)	4.629	6.110
Total em 2018.....		17.853	(11.933)	5.920	
Total em 2017.....		16.878	(9.513)	7.365	

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são compostos por *software* adquiridos com valor de custo de R\$ 25.787 mil (2017 - R\$ 25.105 mil) e programa de reestruturação de R\$ 39.578 mil. A amortização acumulada corresponde a R\$ 20.292 mil (2017 - R\$ 17.445 mil).

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Instituição.

III. Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2017....	708	3.705
Constituições líquidas de (reversões e baixas).....	(57)	644
Pagamentos.....	(18)	(57)
Saldo em 30 de junho de 2018 (Nota 15b).....	633	4.292

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Ágora CTVM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Ágora CTVM figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2018, os processos com esta classificação são relativos ao PIS, Cofins, IRPJ, CSLL e contribuição previdenciária no valor total de R\$ 32.520 mil (2017 - R\$ 32.095 mil).

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros.....	3.720	12.251
Impostos e contribuições a recolher.....	1.914	1.640
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 24c).....	1.649	1.025
Total.....	7.283	14.916

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Participação dos empregados nos lucros.....	6.755	5.849
Provisões cíveis (Nota 14b - III).....	4.292	4.286
Provisão para pagamentos a efetuar de despesas de pessoal.....	1.782	1.630
Provisão para pagamentos a efetuar de outras despesas administrativas....	842	574
Provisões trabalhistas (Nota 14b - III)...	633	-
Outras.....	260	248
Total.....	14.564	12.587

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 284.000 mil (2017 - R\$ 284.000 mil) é representado por 14.271.890 (2017 - 14.271.890) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Reservas de lucros.....	188.848	181.336
- Reserva legal (1).....	7.921	7.542
- Reserva estatutária (2).....	180.927	173.794

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Em 30.6.2018 o valor dos dividendos foi de R\$ 77 mil (2017 - R\$ 207 mil), registrados em "Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias".

Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho:

	R\$ mil	
	2018	2017
Lucro líquido.....	8.118	21.816
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(406)	(1.091)
Base de cálculo.....	7.712	20.725
Dividendos propostos.....	77	207
Percentual em relação à base de cálculo.....	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações	5,40	14,50

17) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Rendias de corretagens de operações em bolsas.....	19.281	19.005
Rendias de serviços de custódia.....	5.436	5.532
Comissão de intermediação de ações..	3.644	4.679
Taxa de administração.....	1.020	759
Comissões de colocação de títulos.....	552	344
Total.....	29.933	30.319

18) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Proventos.....	6.490	5.032
Encargos sociais.....	3.700	1.566
Benefícios.....	1.451	1.546
Participação dos empregados nos lucros	2.551	1.265
Indenizações trabalhistas.....	10	1.088
Treinamentos.....	27	51
Total.....	14.229	10.548

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Serviços do sistema financeiro.....	9.529	9.358
Processamento de dados.....	6.331	6.295
Depreciações e amortizações.....	2.600	2.564
Aluguéis.....	1.538	1.912
Serviços técnicos especializados.....	1.596	1.354
Comunicação.....	1.377	1.181
Propaganda, promoções e publicidade..	554	793
Manutenção e conservação de bens.....	643	357
Viagens.....	276	268
Serviços de terceiros.....	262	235

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Outras despesas financeiras.....	163	474
Multas e juros.....	36	403
Provisões cíveis.....	644	156
Doações e patrocínios.....	3	32
Outras.....	142	324
Total.....	988	1.389

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Ativos		
Disponibilidades.....	1.119	885
Aplicações no mercado aberto.....	243.018	334.000
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	3.519	788
Passivos		
Dividendos.....	(77)	(207)

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Receitas de intermediação financeira ...	12.585	21.628
Outras receitas, líquidas de outras despesas operacionais.....	467	222

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para o exercício de 2018 foram fixados o montante global anual de até R\$ 2.460 mil (2017 - R\$ 24 mil) para remuneração dos Administradores, e verba anual de até R\$ 2.550 mil destinada a custear o Plano de Previdência dos Administradores.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	15.268	39.756

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)..... (6.871) (17.890)

Efeito no cálculo dos tributos:

Participação em controlada.....	20	38
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(574)	(293)
Outros valores.....	275	205

Imposto de renda e contribuição social do semestre.....

(7.150) (17.940)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(7.189)	(17.325)

Impostos diferidos:

Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias..... 39 (615)

Total dos impostos diferidos..... 39 (615)

Imposto de renda e contribuição social do semestre.....

(7.150) (17.940)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2017	Consti- tuição	Realização	Saldo em 30.6.2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.337	311	(276)	1.372
Provisões cíveis.....	1.514	293	(26)	1.781
Provisões trabalhistas	283	5	(27)	261
Provisão para participação nos lucros/gratificações....	2.777	773	(848)	2.702
Outros.....	333	253	(420)	166
Total dos créditos tributários (Nota 9b) (1).....	6.244	1.635	(1.597)	6.282
Obrigações fiscais diferidas (Nota 15a)	1.359	353	(63)	1.649
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	4.885	1.282	(1.534)	4.633

(1) Os créditos tributários foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 3i). No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, em setembro de 2015, foram constituídos com base na expectativa de sua realização da época.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2018 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018.....	2.288	1.369	3.657
2019.....	766	493	1.259
2020.....	766	493	1.259
2021.....	60	47	107
Total.....	3.880	2.402	6.282

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 6.158 mil (2017 - R\$ 4.623 mil).

Todos os créditos tributários da Ágora CTVM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.649 mil (2017 - R\$ 1.359 mil) relativas a: ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 525 mil (2017 - R\$ 355 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais R\$ 1.124 mil (2017 - R\$ 1.004 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pelo Bradesco foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já

que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 14 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

Valor da produção agropecuária é de R\$ 563,5 bi

Em 2018, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) está estimado em R\$ 563,5 bilhões, 2,2% menor que o de 2017 (R\$ 575,9 bilhões). As lavouras tiveram redução de 0,6% e a pecuária de 5,3%, em relação ao ano passado.

Os produtos com melhor desempenho são algodão, com aumento real de 43,2%,

cacau (28,6%), café (8,5%), soja (9,8%), tomate (17,2%) e trigo (62,3%). Esses seis produtos representam 37,6% do VBP. Algodão e soja apresentaram destaques recorde de valor na série analisada, desde 1990. Ambos são beneficiados por preços mais elevados do que em 2017, e recorde de produção.

De acordo com José Gar-

cia Gasques, coordenador geral de Estudos e Análises da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, isso faz com que estados líderes nesses produtos, como Mato Grosso e Bahia, apresentem resultados excepcionais de faturamento neste ano.

Há um grupo de produ-

tos que apresenta resultados desfavoráveis no comparativo com o ano passado. Entre estes encontram-se arroz, com queda real do valor de 20,8%, cana-de-açúcar (-7,3%), feijão (-29,1%), laranja (-19,6%), mandioca (-15,8%), e milho (-9,4%). Todos esses tiveram redução acentuada de preços e quantidades produzidas.

Como a safra de verão apresenta quase a totalidade da produção de grãos e já se encontra finalizada segundo a Conab, poucas alterações deverão existir ainda durante este ano, explica o coordenador geral do Mapa.

Na pecuária, todos os itens estão com valores inferiores aos de 2017. Os preços reais encontram-se

em níveis menores que no ano passado, principalmente em suínos (-19,2%), frango (-6,3%), leite (-5,2%) e ovos (-11,5%). Preços internacionais mais baixos e redução do consumo interno, são apontados por Gasques como principais fatores que estão afetando o comportamento desse segmento.